

A “Nova Metodologia Qualitativa” e as Condições Essenciais de Demarcação entre Desenhos de Pesquisa na Ciência Política Comparada

Flávio da Cunha Rezende (UFPE)

RESUMO: *Este artigo tem por propósito discutir questões relativas à conexão entre os métodos quantitativos e qualitativos no campo específico da ciência política comparada. A partir da crítica ao argumento seminal desenvolvido por King, Keohane e Verba (1994) acerca da similaridade lógica entre as duas tradições, o artigo apresenta três das principais diferenças marcantes que a “nova metodologia qualitativa” (Mahoney, 2010) na ciência política considera ser de fundamental importância para que não se possa reduzir a análise dos fenômenos políticos a uma lógica essencialmente quantitativa. O argumento básico do trabalho é que para que se possa produzir pesquisas mais frutíferas utilizando os dois métodos se faz necessário compreender com precisão os seus limites e suas possibilidades de conexão. O trabalho pretende, portanto, compreender mais de perto os limites epistemológicos que demarcam as fronteiras e conexões entre estas duas abordagens.*

PALAVRAS-CHAVE: *Metodologia Ciência Política, Política Comparada, Epistemologia, Desenhos de Pesquisa.*

ABSTRACT: *This paper aims to discuss issues about connection between qualitative and quantitative methods in comparative politics. Starting from the seminal argument about the similar logic between these two traditions developed by King, Keohane, and Verba (1994), this paper presents three key differences offered by the “new qualitative methodology” (Mahoney, 2010) in political science considers as decisive to not reduce the analysis of political phenomena to a quantitative methodology logic. The basic argument is that in order to produce more fruitful multimethod research is essential to understand more precisely the limits and possibilities about their connection. Thus, the paper intends to explore in a deeper manner the epistemological limits between the two main traditions.*

KEYWORDS: *Political Methodology, Comparative Politics, Epistemology, Research Design.*

1. INTRODUÇÃO

Um dos temas de maior centralidade na produção sobre metodologia da ciência política contemporânea recai sobre os limites e possibilidades relativos à conexão entre os métodos quantitativos e qualitativos. Desde a obra paradigmática elaborada por Putnam (1993) *Making Democracy Work* em que se observa uma bem sucedida conexão entre estes dois universos de pesquisa, a ciência política comparada passa a considerar seriamente a questão da conexão entre os desenhos de pesquisa. Por outro lado, na perspectiva das discussões metodológicas, desde o trabalho seminal de King, Keohane, e Verba (1994) é claramente observado na ciência política uma continuada reflexão sobre os limites e possibilidades da inferência causal dos métodos qualitativos, alterando radicalmente o modo de se pensar a integração entre os desenhos de pesquisa.

Rompendo com as tradicionais clivagens históricas que demarcam as “guerras paradigmáticas” entre estas duas tradições, se observa na atualidade a produção de ampla reflexão sistemática sobre como seria possível explorar analiticamente a elaboração de desenhos de pesquisa mais integrados como alternativas mais frutíferas de pesquisa para a análise e interpretação dos fenômenos políticos a partir de uma perspectiva causal.

O problema da conexão¹ entre desenhos de pesquisa quantitativos e qualitativos representa, portanto, uma das principais áreas de preocupação dos debates metodológicos recentes na ciência política comparada. Este problema emerge e adquire considerável relevo e

¹ A questão da conexão entre os métodos está associada ao problema de como e em que condições seria possível integrar (ou não) tais desenhos de pesquisa.

visibilidade no contexto em que se procura ampliar as possibilidades da produção de inferências causais como base para o conhecimento científico rigoroso na ciência política. Mais do que qualquer outro campo das ciências sociais, existe na ciência política ainda um forte compromisso com a questão da causalidade, causação, e, da inferência causal a partir de casos.

Enquanto existe uma maior clareza de que a utilização adequada dos métodos quantitativos e da análise estatística pode conduzir a produção de inferências causais satisfatórias, existe, por outro lado uma ampla reflexão sobre a capacidade dos métodos qualitativos de produzir inferências causais. Uma diversificada quantidade de trabalhos situados na metodologia comparada vem concentrando energias na questão da inferência causal na pesquisa qualitativa small-n.

O problema central em jogo nestas reflexões recai sobre as condições específicas que permitem pensar a inferência causal (e a explicação) nos métodos qualitativos a partir de uma perspectiva essencialmente quantitativista. As discussões se voltam fundamentalmente para elucidar as *fronteiras de integração e diferenciação* entre os métodos. Não se trata de considerar estes desenhos como antagônicos ou como oposições, como se fazia no passado, mas, sim de pensar mais frutiferamente sobre as condições epistemológicas que “tornam possível a integração ou a diferenciação” entre as duas tradições. Neste contexto, o problema da conexão entre estes desenhos de pesquisa, e seus impactos sobre a produção de explicações de fenômenos políticos emergem como preocupações decisivas na epistemologia da ciência política.

Respostas a tal questão adquirem especial relevância uma vez que diversos cientistas políticos têm se perguntado de forma recorrente sobre

quais seriam as possíveis razões para recomendar estratégias comparativas que se valem da inferência causal e do teste de hipóteses com a utilização de estratégias multi-método de análise². As questões fundamentais que este artigo tenta responder se aproximam de: existe uma lógica unificada de produção da inferência causal, como argumentam King, Keohane, e, Verba (1994)?; e, caso não exista tal lógica, “com base em que critérios poderia se compreender as fronteiras de demarcação entre as lógicas de utilização dos métodos quantitativos e qualitativos?”.

O artigo discute, portanto, questões relativas às fronteiras de demarcação e integração para o emprego dos métodos quantitativos e qualitativos³. Para pensar este problema, se utiliza uma lógica de apresentação das *diferenças consideradas essenciais* entre os métodos quantitativos e qualitativos, compreendidos a partir das argumentações desenvolvidas em um conjunto de trabalhos produzidos no campo disciplinar da metodologia qualitativa na ciência política comparada.

O artigo sugere a existência de três diferenças essenciais que fazem com que as questões de integração se tornem problemáticas. O primeiro está relacionado aos propósitos analíticos para a explicação causal na tradição qualitativa. A segunda diferença recai sobre a condição de

2. Conceitualmente, a pesquisa multi-método se aproxima da corrente noção de “*mixed-method research*” nas ciências sociais, em que os pesquisadores utilizam a combinação de análises de dados quantitativos e qualitativos. Estes desenhos de pesquisa são vantajosos nas condições de validação suplementar, triangulação e validação convergente de evidências. Todavia, é importante diferenciar a pesquisa multimétodo da conexão entre as lógicas dos métodos qualitativos e quantitativos para a produção de inferências causais.

³ Ao apresentar tais diferenças a partir da perspectiva qualitativa, não se pretende argumentar em prol da superioridade, inaplicabilidade, ou da melhor adequação deste método sobre o outro para a análise dos fenômenos políticos. O propósito é o de compreender mais de perto em quais condições se considera inadequado aplicar os métodos quantitativos quando se busca produzir inferências causais.

explicar eventos raros e os contrafactuais na análise política. A última diferença reside na importante presença da agência e das instituições na explicação política. Estas diferenças conduzem a múltiplas formas de pensar causalidade, explicação, e, inferências causais num contexto que é radicalmente diferente das condições tradicionais da análise estatística.

Com efeito, estas condições fazem com que se torne possível argumentar, em contraposição ao argumento integrativo a partir da lógica quantitativa, que a pesquisa qualitativa exige condições específicas para produzir inferências causais relevantes. Admitir a existência destas condições na análise política, por outro lado, permite compreender de forma mais precisa o alcance e apropriabilidade dos métodos quantitativos e qualitativos na produção do conhecimento na ciência política.

Esta compreensão se mostra relevante, especialmente no contexto da ciência política brasileira, em que existem ainda fortes tensões entre as duas concepções, ou uma reduzida reflexividade sobre as possibilidades lógicas de conexão sobre estas duas formas de produzir inferência causal. Sem esta compreensão sobre domínios exclusivos ou sobre condições em que se torna possível produzir inferências causais nas pesquisas qualitativas e small-n, faz com que uma falsa crença sobre os métodos quantitativos e suas possibilidades se torne uma realidade.

O reconhecimento destas diferenças básicas permite com que as opções metodológicas sobre desenhos de pesquisa não sejam tratadas como uma questão de predileções, tradição, ou mesmo pré-noções, como usualmente se faz no Brasil, mas, sim com base em critérios essencialmente metodológicos, ampliando a qualidade do conhecimento produzido. Por outro lado, a compreensão sobre estas diferenças faz com que sejam ampliadas as bases de diálogo entre os métodos quantitativos e

qualitativos, reduzindo as usuais fronteiras de tensão que usualmente se verificam na disciplina.

O trabalho se organiza da seguinte forma. Na primeira sessão ele apresenta os argumentos básicos que levam King, Keohane e Verba (1994) a propor a estratégia de integração entre os métodos quantitativos e qualitativos a partir de uma perspectiva quantitativa. Na seção seguinte se apresentam as diferenças essenciais compreendidas na perspectiva da tradição qualitativa na ciência política comparada. Por fim, apresentam-se as considerações finais do trabalho.

2. DESIGNING SOCIAL INQUIRY: A LÓGICA QUANTITATIVISTA DE INTEGRAÇÃO

As tentativas de conexão mais profunda dos desenhos qualitativos e quantitativos no contexto da ciência política comparada se situam historicamente em meados da década de 90 com o lançamento da obra *Designing Social Inquiry*⁴ de King, Keohane e Verba (1994). Eminentemente preocupados com a questão da lógica inferencial -- causal e descritiva -- na pesquisa qualitativa, os autores enunciam um potente argumento em torno da lógica inferencial similar entre os métodos quantitativos e qualitativos na ciência política⁵. A proposição

⁴ *Designing Social Inquiry* produziu consideráveis impactos decisivos sobre as reflexões metodológicas na ciência política. A obra introduziu uma crescente preocupação com os desenhos de pesquisa, com as discussões metodológicas essenciais a questão inferencial nas ciências sociais, e, impulsionou um amplo conjunto de autores a se preocuparem com os problemas e limites das diversas tradições de pesquisa. Mais do que em nenhum momento da história da disciplina, as questões sobre integração entre os métodos quantitativos e qualitativos emerge como um tema de fundamental importância na agenda de pesquisa.

⁵ As diferenças entre estas duas tradições estariam situadas no plano das técnicas e dos estilos de pesquisa.

dos autores é a de que a tradição qualitativa de pesquisa poderia produzir resultados inferenciais mais confiáveis caso os pesquisadores fossem orientados pelas regras que orientam e governam a pesquisa quantitativa. Na agenda dos debates metodológicos na ciência política emerge, portanto, um argumento que pretende aplinar as tensões institucionalizadas entre os métodos quantitativos e qualitativos na ciência política.

Para os autores, portanto, a unificação entre os métodos passa essencialmente por questões associadas aos desenhos de pesquisa. A maneira como os pesquisadores formulam seus problemas de pesquisa, mobilizam a teoria, e, como articulam a conexão entre os dados e as teorias é que se tornam cruciais para a qualidade da pesquisa em termos da produção das inferências causais. Para serem mais válidos, os desenhos de pesquisa devem atender a dois critérios essenciais: por um lado, os cientistas devem ter considerável atenção com o tratamento de questões relevantes para o mundo empírico, e, por outro lado, devem se voltar essencialmente para garantir a produção de explicações científicas dos fenômenos políticos⁶. Para os autores, enquanto a disponibilidade de problemas e questões empíricas relevantes na ciência política é ampla, precárias são as abordagens que permitam ampliar a produção de inferências causais, especialmente na tradição qualitativa de pesquisa. O problema crucial da ciência política como ciência reside, portanto, na sua carência metodológica para que se possa testar hipóteses e gerar teorias.

⁶ Analisando as questões metodológicas essenciais da disciplina Shapiro (2002) verifica a tensão histórica entre duas concepções de ciência política: uma ciência política do tipo “*problem-driven*” com grande aderência aos fatos do mundo empírico, e, por outro, a ciência política do tipo “*theory-driven*” em que se verifica a preponderância as questões teóricas e metodológicas. Ele argumenta que o segundo tipo foi a lógica prevalente na institucionalização da ciência política americana, onde os cientistas mais orientados por questões teóricas e metodológicos tinham maiores chances de sucesso no ingresso nos quadros das principais e mais prestigiosas universidades no contexto americano.

Baseado numa concepção frequentista que norteia a análise de regressão para a interpretação dos fenômenos sociais, os autores consideram que a solução proposta pelos autores para lidar com tal problema passaria essencialmente pela progressiva adoção de metodologias que permitam lidar com as abordagens qualitativas a partir de referenciais utilizados pela tradição quantitativa, especialmente para a produção de inferências causais. Neste sentido, consideram os autores que as abordagens qualitativas do tipo small-n sofrem de consideráveis problemas metodológicos para a produção de inferências causais. Dentre eles dois são especialmente graves: o viés de seleção (*selection bias*) e do problema de generalização.

O problema da seleção dos casos é ampliado pela presença decisiva de desenhos de pesquisa que contem a escolha intencional (não-aleatória) dos casos que se pretende analisar a realidade. King, Keohane e Verba diferenciam dois tipos de viés. O primeiro em que o pesquisador deliberadamente impõe restrições de variação nos valores da variável dependente, e, o segundo tipo, que eles denominam de viés extremo (*extreme selection bias*) considerado como altamente problemático para a inferência causal, se da quando o pesquisador utiliza apenas um valor na variável dependente. Os autores chamam a atenção para o importante fato, usualmente negligenciado pelas tradições qualitativas, de que “os cientistas sociais (e políticos) não podem dizer nada sobre as causas que produzem o comportamento da variável dependente sem levar em conta diversos valores desta”. A pesquisa comparativa deve privilegiar a demanda por variabilidade no comportamento da variável dependente para produzir maiores chances de produzir inferências causais.

O segundo limite das abordagens qualitativas considerado por King, Keohane, e, Verba reside na questão da generalização dos resultados a partir de estudos de casos. Na concepção quantitativa utilizada pelos autores, os estudos de caso usualmente possuem elevado grau de indeterminação, uma vez que a quantidade de variáveis é usualmente superior a quantidade de casos, sendo praticamente impossível produzir inferências causais confiáveis. Para os autores este problema é considerado como “O Problema Fundamental na Inferência Causal”. Elevar a quantidade de observações permite que os pesquisadores possam reduzir sensivelmente o grau de indeterminação dos desenhos de pesquisa. A utilização do método comparativo envolvendo observações entre diversos casos, quando produzida de forma disciplinada, pode gerar inferências causais relevantes.

Existem três razões consideradas decisivas para que os cientistas sociais na tradição qualitativa se afastem de estudos próximos de observações singulares (estudos de caso): a existência de explicações rivais, os erros de mensuração das variáveis, e, os determinismos. Neste sentido, os autores consideram que os estudos de caso não devam ser utilizados para testes de hipóteses ou testes de teorias.

Os riscos inerentes à generalização a partir dos casos são melhores entendidos a partir de um raciocínio analógico largamente utilizado nas ciências sociais e na análise política. O raciocínio analógico torna possível considerar que valores similares observados nas variáveis independentes (nas causas) irão produzir, em outras condições e contextos, os mesmos resultados na variável dependente (efeitos).

O método comparativo emerge como alternativa para que se possa compreender melhor a conexão entre o contexto e as condições, e o comportamento da variável dependente. Para tanto se faz necessário que

o pesquisador confronte casos diversos para produzir melhores teorias e testes de teoria. King, Keohane e Verba consideram que a atenção ao problema da variabilidade das causas, da incerteza produzida pela ausência de determinismos, da colinearidade típica dos fenômenos sociais requer dos pesquisadores consideráveis cuidados na produção de inferências causais a partir dos casos.

3. DIFERENÇAS ESSENCIAIS ENTRE OS MÉTODOS QUANTITATIVOS E QUALITATIVOS

A compreensão das fronteiras de demarcação entre os métodos qualitativos e quantitativos na ciência política comparada requer que se entenda precisamente em que condições específicas um método mostra vantagens ou prevalências sobre o outro em termos da produção de inferências causais. Nestas condições, portanto, seria razoável argumentar acerca da “exclusividade” de um dos métodos sobre o outro, ou mesmo sobre propostas de integração entre eles.

Neste artigo, de forma diferente e complementar do argumento integrativo proposto por King, Keohane, e Verba (1994), se desenvolve o argumento em torno da existência de *diferenças essenciais* entre os métodos, as quais permitem demarcar condições mais eficientes para utilização de um dos métodos sobre o outro.

Estas *diferenças essenciais*⁷ serão compreendidas a partir das linhas argumentativas produzidas pela “nova metodologia qualitativa” em

⁷ Conceitualmente, este artigo trabalha a demarcação (no sentido popperiano entre ciência e não-ciência) a partir da noção das diferenças essenciais. Ao admitir as diferenças essenciais se pretende compreender as *condições específicas* em que um dado desenho de pesquisa possui o monopólio epistemológico da validade (e por

ciência política comparada (Mahoney, 2010), a qual supõe, em contraposição, a King, Keohane, e, Verba (1994), haver traços distintivos nos desenhos de pesquisa qualitativos que os tornam intratáveis quando compreendidos a partir de uma lógica freqüentista para pensar causalidade e inferência causal.

A teoria básica apresentada neste trabalho é que existem *três condições* em que os métodos quantitativos não se prestam adequadamente para produzir inferências causais na ciência política⁸. O primeiro deles reside na diferenciação entre os propósitos fundamentais entre abordagens da pesquisa histórico-comparada e da análise multivariada. Na pesquisa comparada, os cientistas políticos usualmente se voltam para compreender as causas que produzem certos efeitos. Por outro lado, na análise multivariada, os desenhos de pesquisa buscam estimar os efeitos produzidos por um dado conjunto específico de causas. Esta importante diferenciação permite que se possa demarcar com absoluta clareza quais os domínios de validade de cada um dos métodos.

A segunda importante diferença recai sobre o problema da singularidade dos fenômenos estudados pela ciência política. Diante da condição de singularidade não é possível se supor uma lógica quantitativa de análise, dado que se está diante de fenômenos raros, únicos, que pouco tem a ver com a análise de regularidades ou de padrões normais para que se possa compreender causalidade e produzir inferências causais. O poder da análise qualitativa nestas condições para

contraste, as condições em que ele não possui). Olhando pela perspectiva dos argumentos qualitativos, pretende-se ver em que condições, estes métodos são aplicáveis e válidos para a produção de inferências causais.

⁸ Ao considerar estas três diferenças essenciais não se pretende dizer que elas são únicas, mas, considerar que elas importam decisivamente, e, que outras alternativas são variantes ou combinações destas diferenças, no contexto específico da chamada “nova metodologia qualitativa” na ciência política.

a geração de teorias é decisivo para a produção de teorias, hipóteses, e, inferências causais. Os estudos de caso e a pesquisa comparada small-n se mostram de considerável importância para tais propósitos.

A terceira importante demarcação que se considera aqui tem a ver com a natureza específica da explicação política. O traço distintivo das explicações políticas é que esta depende essencialmente da forte presença de agência e das instituições, sobretudo na ciência política contemporânea. Com efeito, as análises que tentam inserir a agência e as instituições terminam por se voltar para desenhos de pesquisa que privilegiam a atenção para processos causais, contextos, contingências, escolhas, interações, e outros elementos que são melhor capturados por desenhos de pesquisa qualitativos.

3.1. Relações entre Causas e Efeitos

Para que se possa pensar em termos da diferenciação entre os métodos, é fundamental compreender que a lógica inferencial quantitativa não se aplica para os propósitos das tradições qualitativas de pesquisa⁹. O modo particular como cada tradição pensa o problema dos desenhos de pesquisa, da natureza da explicação, e, essencialmente da questão relativa à inferência causal se mostra decisivo. A pesquisa histórico-comparativa possui modos particulares de pensar tais questões o que torna possível supor a diferenciação entre as lógicas quantitativas e qualitativas de pesquisa. Neste sentido, é inadequado pensar as questões

⁹ Não se trata apenas de dizer se os métodos são mais ou menos aplicáveis do que outros em desenhos de pesquisa específicos como é muito comum na realidade cotidiana de pesquisa. Ou também não se trata de argumentar sobre a impossibilidade da quantificação, mensuração, ou mesmo do teste de hipóteses na ciência política.

de inferência causal exclusivamente a partir da perspectiva quantitativa como proposto por *Designing Social Inquiry*.

A grande diferença básica entre estes dois territórios se mostra cristalina na argumentação proposta por Mahoney e Terrie (2008). Eles consideram que considerável parte da crítica feita por cientistas sociais que se utilizam de uma “lógica quantitativa” sobre os limites da pesquisa *small-n* e da pesquisa histórica para a inferência causal se mostra altamente inadequada.

Esta inadequação se deve a usual incompreensão da lógica, propósitos, e métodos da pesquisa histórica comparativa na ciência política. As diferenças entre a análise estatística e da pesquisa histórico-comparada se consolidam a partir de três dimensões essenciais: a natureza de explicação; concepção de causalidade; e os métodos utilizados para teste de teorias.

Os métodos histórico-comparados geralmente utilizam-se da abordagem da compreensão das “causas que geram os efeitos” (*cause-of-effects*) para produzir explicações; uma lógica de condições necessárias e/ou suficientes para a análise dos processos de causação, e, a estratégia de *process-tracing* para testes de teoria. Por contraste, a análise estatística está essencialmente voltada para produzir explicações que se voltam para entender os “efeitos das causas” (*effects-of-causes*), os efeitos médios para causação, e, empregam as técnicas de análise de regressão para o teste de hipóteses. Os métodos histórico-comparados se diferenciam ainda pelo uso da lógica contrafactual, técnicas de *fuzzy-set*, e, análises do tipo *path dependence*.

É exatamente sobre o problema da explicação, i.e., do modo específico que as tradições qualitativas exploram a questão das relações entre causas e efeitos na inferência causal que estamos essencialmente

preocupados neste artigo. Esta diferença essencial faz com que na pesquisa comparada, que usualmente é construída a partir de desenhos small-n, os cientistas políticos estejam interessados em compreender mais de perto *como* um determinado conjunto de causas (ou variáveis independentes) propostas pela teoria produzem o comportamento ou o efeito sobre a variável dependente.

Esta preocupação analítica com o “como” as causas produzem determinados efeitos, leva naturalmente a importante suposição de que a causalidade é fortemente afetada pelo contexto e pelas condições específicas de produção do fenômeno a ser estudado. Neste sentido, a lógica de produção da pesquisa comparada não deve emular a lógica quantitativa, baseada em uma ampla quantidade de casos, mas, sim para desenhos de pesquisa mais reduzidos do tipo small-n ou mesmo estudos de caso.

Estas características contextuais terminam por produzir consideráveis os desafios metodológicos relativos aos problemas de viés de seleção e a generalização na pesquisa qualitativa small-n. Quando se trata de analisar as causas que produzem os efeitos, muitos autores contemporâneos consideram ser o problema de viés de seleção dos resultados representa um propósito de segunda ordem. Quanto aos problemas de generalização, os pesquisadores usualmente tentam limitar o escopo e aplicabilidade das teorias e resultados a partir de critérios metodológicos.

As restrições de escopo das teorias se devem ao conhecido problema da heterogeneidade causal e conceitual, rompendo com a idéia de que as teorias e conceitos *viajam livremente* sem restrições ao contexto como se faz na pesquisa comparada quantitativa. Teorias e

conceitos devem ser utilizados a partir da premissa que a heterogeneidade causal deriva de uma relação entre uma teoria específica e uma população de casos, e, não como uma propriedade ontológica. Escolhas teóricas específicas estabelecem o grau de heterogeneidade que o pesquisador pretende enfrentar no seu desenho de pesquisa. Estudos do tipo small-n e estudos de caso seriam idealmente aqueles em que o pesquisador busca reduzir substancialmente o nível de heterogeneidade causal relativo a uma teoria. Existem boas razões para considerar que pequenos incrementos no tamanho da população de casos estudados produzem significativos impactos sobre heterogeneidade causal na pesquisa histórico-comparada.

Existem boas razões metodológicas relacionadas à necessidade de evitar o problema da heterogeneidade causal que explica porque os pesquisadores histórico-comparativos usualmente restringem suas análises a um número limitado de casos. Dado que o tipo de explicação pretendido por tais pesquisadores se volta para análise das causas dos efeitos, eles devem definir seus casos de modo a reduzir o impacto do problema da heterogeneidade. Uma vez que a população de casos seja definida pelo pesquisador, um pequeno aumento na quantidade de casos pode produzir riscos indesejáveis para a exclusão de fatores causais fundamentais para os novos casos, ou introduzir problemas de mensuração para as variáveis que já são consideradas na teoria proposta. A melhor solução para estes problemas pode ser a imposição de restrições e a redução do escopo que tendem a limitar sensivelmente a questão da generalização.

Por outro lado, o propósito fundamental da análise estatística é o de estimar os efeitos médios de uma ou mais variáveis independentes. A questão da omissão das variáveis não se constitui essencialmente um

problema desde que as premissas fundamentais da pesquisa sejam consideradas válidas. O importante fato de que as análises estatísticas pressupõem homogeneidade causal permite que seja possível oferecer generalizações. A inclusão de novos casos não causa necessariamente problema para as análises estatísticas. Garantidas as premissas de independência condicional e, desde que os erros de mensuração possam ser modelados, a expansão do escopo para incluir novos casos não se constitui problema para a análise estatística.

3.2. A singularidade dos fenômenos políticos

A segunda *diferença essencial* considerada decisiva para demarcar os domínios entre os métodos quantitativos e qualitativos reside na questão crucial da singularidade na análise dos fenômenos políticos. O problema da singularidade está associado à importante noção de que, em um amplo espectro de condições, as leis e regularidades causais em ciência política são muito freqüentemente consideradas irrelevantes ou triviais. Nestas condições se pode observar a nítida falha dos métodos quantitativos tradicionais para gerar inferências confiáveis e válidas. A pesquisa qualitativa comparada de casos partindo da pressuposição da variabilidade na conexão entre as causas e os efeitos estudados pelos modelos e teorias se mostra mais frutífero para a produção de inferências causais.

Estudar causalmente tais fenômenos singulares exige que os cientistas políticos considerem métodos e desenhos de pesquisa que explorem a elevada variabilidade das causas, da articulação entre as causas, e, a existência de múltiplos caminhos entre as causas e os efeitos.

Muito raramente em ciência política se pode admitir que as mesmas causas produzem os mesmos efeitos, e que os mecanismos causais são invariantes. É exatamente por esta característica que na ciência política se afirma com maior intensidade a busca por “análise de variação” das causas, e, dos modos como as causas se associam e produzem determinados efeitos.

Em grande parte, a riqueza analítica dos modelos na pesquisa em ciência política comparada reside exatamente na suposição do grau elevado de heterogeneidade causal e conceitual entre as realidades estudadas. Esta concepção requer que os pesquisadores sejam levados a utilizar os dados da pesquisa empírica para além dos usuais “testes de hipóteses”, mas, para compreender processos causais que fornecem sentido as variáveis estudadas num dado modelo teórico.

Esta premissa leva a se compreender os modos pelos quais se organizam a conexão entre modelos teóricos e pesquisa empírica. A conexão entre a pesquisa empírica e os modelos teóricos na ciência política se caracteriza por um padrão de incerteza, em que os dados extraídos da realidade empírica (a partir de variáveis definidas) muito raramente são “apenas utilizados para testar relações ou hipóteses bem conhecidas entre duas variáveis X e Y”, mas, sim para desenvolver novos conceitos, reformular ou expandir o arsenal de teorias existentes, e analisar os modos pelos quais estas variáveis estão articuladas na realidade estudada¹⁰.

¹⁰ Esta posição é próxima daquela proposta por Merton (1967) ao compreender o papel da pesquisa empírica na produção de teoria sociológica. Ele considera que a pesquisa empírica desempenha papel ativo e existem pelo menos quatro funções decisivas para esta na produção de teorias: geração de novas teorias, reformulação de antigos modelos, afastamento, e, clarificação dos modelos teóricos disponíveis.

Freeman (2008) diferencia dois tipos de pesquisa científica: um que estaria voltado para análise estatística de dados e teste formal de hipóteses, e, outro que se volta para a tarefa essencial de formulação de hipóteses e confronto com realidade empírica. O segundo tipo de pesquisa depende largamente dos desenhos de pesquisa, i.e, da maneira específica de como os pesquisadores elaboram questões de pesquisa e refletem sobre os tipos de evidências empíricas que devem ser coletadas e os modelos causais (ou teorias) que são necessários para a análise. Utilizando exemplos de casos extraído da história da medicina, ele chama atenção para a importância decisiva de evidências relativas aos processos causais – *causal process observation* (Brady, Collier, and Seawright, 2006) para a produção de inferências causais, e, considera a análise qualitativa de fundamental relevância para a construção do conhecimento.

A condição de singularidade dos fenômenos políticos e a necessidade de compreender os processos causais envolvidos num dado modelo causal requer que a análise comparada seja feita em desenhos de pesquisa do tipo small-n ou estudos de caso situados no contexto. Neste sentido, se considera que as análises levem em conta as variáveis e mecanismos que são críticos para a explicação dos fenômenos analisados. Longe de assumir relevância universal ou invariância das causas, como é típico nos modelos quantitativos, a pesquisa qualitativa comparada de casos deve ser bem mais seletiva “nos processos críticos que explicam o fenômeno de interesse”. Por outro lado, na pesquisa de casos permite compreender se permite como o contexto e a complexidade sejam elementos causais relevantes para a produção do fenômeno.

A complexidade, ambigüidade e incerteza dos fenômenos políticos não representam, todavia, obstáculos intransponíveis para a produção de inferências causais na pesquisa comparada. Numa análise histórica da ciência política comparada¹¹, Blyth (2005) considera que os paradigmas que estabeleceram premissas, possibilidades metodológicas, modelos teóricos, bem como sobre as formas de conexão entre dados e teorias ainda se pautam por crenças equivocadas sobre a incerteza e a singularidade. Blyth (2005) argumenta que a ciência política comparada apresenta um considerável descompasso na conexão entre teorias e realidade empírica. Considerável parte desta disciplina ainda se situa em termos teóricos num mundo imaginado ser altamente previsível e regular, enquanto a realidade se aproxima mais claramente de um mundo marcado pela incerteza e imprevisibilidade em que os dados não se encaixam “normalmente” as teorias e que os eventos raros (*Black Swans*) possuem grandes chances de ocorrência. A disciplina da ciência política comparada rejeita fortemente que são, de fato, as possibilidades de entrar num modelo imprevisível, as causas mais profundas das duas outras camadas da realidade.

Outra importante dimensão de singularidade está associada diretamente ao problema da contrafactualidade (Goertz, 2000) nos fenômenos políticos. A concepção proposta por King, Keohane e Verba

¹¹ Nos período que corresponde aos anos 50 a 70, a noção de ordem política, o pluralismo analítico, e o predomínio das concepções funcionalistas representaram paradigmas que tinham aderência a fortes pressuposições acerca da estabilidade e regularidade dos fenômenos políticos. Estas premissas são fortemente reforçadas como as perspectivas que emergiram na ciência política com o retorno as perspectivas centradas no Estado e nas suas instituições como o novo institucionalismo. A nova geração de política comparada estaria penetrando numa ciência que se afasta radicalmente das ambições preditivas diante de um mundo empírico mais caracterizado pelo risco e pela incerteza acerca das relações que produzem os fenômenos. As leis gerais, padrões causais, e, a estabilidade não representam, portanto, pressupostos razoáveis para a construção de teorias e modelos.

(1994), ao pressupor a noção de integração dos métodos a partir da lógica inferencial quantitativa, falha consideravelmente a não levar em conta questões tradicionalmente consideradas na pesquisa quantitativa como a teoria e lógica dos *fuzzy-sets* (Ragin, 2000) para a produção da inferência causal diante de condições de equifinalidade, causação múltipla, e, especialmente contrafactualidade. Existe uma marcante diferenciação na lógica dos *fuzzy-sets* em relação aos modelos de análise de regressão. Os modelos experimentais e as técnicas de regressão usualmente estão centrados na concepção de estimar os efeitos produzidos por certas causas sobre a variável dependente. Quando se trata de explicar as causas e mecanismos que produzem determinados efeitos numa dada realidade, estes modelos falham consideravelmente.

O conflito básico entre estas duas tradições reside na tensão entre a lógica freqüentista (utilizada por King, Keohane, e, Verba) e a bayesiana para a produção de inferências causais (utilizada pela nova metodologia qualitativa). Na concepção freqüentista, os pesquisadores elaboram um modelo causal com hipóteses específicas que serão testadas a partir das evidências (casos). Os casos são utilizados para construir e testar hipóteses sem levar em conta o conhecimento mais profundo das realidades estudadas que extrapolam as variáveis na amostra considerada. Na concepção bayesiana, por contraste, o conhecimento prévio sobre a realidade é considerada altamente importante, e os casos são de fundamental importância, pois eles permitem alterar, expandir, ou refinar as teorias e modelos prévios.

O refinamento indutivo das teorias proposto pelas concepções bayesianas passa a ser de fundamental importância para compreender que os modelos causais não são invariantes, mas, sim, heterogêneos e

singulares na ciência política, dado a presença de contra-factualidade e múltiplas causas. A construção de teorias e modelos a partir de estudos de caso, produção de tipologias explicativas, identificação de mecanismos causais, bem como a partir da análise descritiva assume central relevância no processo de construção de teorias. O papel dos modelos quantitativos neste contexto não desempenha qualquer relevância.

A terceira importante dimensão da singularidade está relacionada ao conhecido problema da complexidade causal que é típica da pesquisa qualitativa. Embora seja possível identificar estudos como o proposto pelo Braumoeller (2003) proponha um modelo de análise estatística que leve em conta a complexidade causal para o estudo da política, este é um terreno em que os problemas de inferência estatística não se aplicam devidamente. Os modelos estatísticos padrão tentam partir da suposição de causas prováveis admitindo uniformidade e homogeneidade nos padrões causais supostos pelas teorias. Todavia, a realidade é carregada de heterogeneidade e contra-factuais (Ragin, 2000; Goertz, 2000) e os padrões causais variam imensamente entre casos. A análise da complexidade seria, portanto, melhor compreendida quando se parte para a construção de desenhos de pesquisa centrados em estudos de caso, identificando casos positivos, negativos (Mahoney e Goertz, 2004) e buscando compreender teoricamente os fatores causais que produzem o comportamento da variável dependente. Os modelos típicos da pesquisa histórico-comparada se utilizam de conceitos como momentos críticos, *path-dependency*, causalção múltipla, e, equifinalidade, que acentuam o problema da análise de singularidades na análise política. Não é exatamente aumentando o número de observações N que se pode compreender mais de perto os fenômenos políticos, mas, sim penetrando

com maior intensidade nos casos e comparando a variabilidade causal entre estes é que se pode produzir teorias mais refinadas para a compreensão da realidade.

Importante também considerar como o fazem Goertz e Starr (2003) o papel decisivo das chamadas condições necessárias que usualmente estão associadas às causas na pesquisa qualitativa. As tradições quantitativas se baseiam na noção de correlação, que se fundamenta na idéia de “constant conjunction” em que se supõe a ação conjunta de causas na produção de um dado fenômeno. Esta pressuposição rejeita a idéia de condição necessária. Neste sentido, as diferenças entre as abordagens qualitativas e quantitativas são decisivas, e, o papel das condições necessárias desempenha papel proeminente. Os autores chamam a atenção para o fato de que os pesquisadores qualitativos tendem a construir teorias utilizando a noção das condições necessárias enquanto que as tradições quantitativas utilizam hipóteses centradas na idéia de correlação. As metodologias qualitativas centradas em *fuzzy-sets* colocam a noção de condições necessárias como decisivas para entender padrões variáveis de causação como já considerado anteriormente.

3.3. Agência, Instituições e Mecanismos Causais

A terceira *diferença essencial* considerada decisiva para demarcar os domínios entre os métodos quantitativos e qualitativos reside na relevância que elementos relativos à agência, as instituições, e, aos mecanismos causais possuem na explicação de fenômenos políticos. Esta ultima diferença reside portanto na natureza da explicação política que usualmente é desconsiderada quando se discute tal problema.

Em contraste com as teorias sem ator nas ciências sociais, é de crucial importância entender que as explicações causais dos fenômenos políticos dependem largamente do modo como as teorias e modelos propõem a integração entre os agentes (a agência), as regras do jogo (as instituições formais e informais), e, os mecanismos causais que produzem o comportamento da variável dependente. Nestas condições, se considera que os métodos quantitativos falham sistematicamente, e, que os desenhos de pesquisa devam primar por amostras reduzidas, análise histórica comparada, e, atenção das instituições e o modo como elas produzem a ação e o comportamento político.

Como afirma Ryan (2008), “*prima facie*, as explicações do comportamento em ciência política envolvem atores dotados de racionalidade, e, são construídas a partir dos desejos e das crenças dos agentes sociais”. Na realidade, os modelos explicativos na ciência política seguem a famosa equação de Plott (1991)¹²: (escolhas dos agentes)*(instituições) → comportamento e ação política. Estas concepções sugerem fortemente que os modelos e teorias propostos pela ciência política comparada levem a sério a indispensabilidade de inserir as diversas formas de agência (individual, organizacional, coletiva, humana, e, não humana) e as instituições na produção de explicações e inferências causais¹³.

¹² Plott sugere que os modelos de análise política devam considerar seriamente a interação entre as preferências e escolhas de eleitores e dos políticos num processo político que leva em conta as instituições eleitorais e das políticas públicas. Estas interações entre agentes, escolhas, e, instituições produzem o comportamento e a ação política.

¹³ Coleman (1990) oferece um modelo de explicação dos fenômenos sociais em que se deve privilegiar teorias que considerem seriamente uma lógica de integração entre os agentes, as instituições, e, especialmente os mecanismos causais que articulam os níveis micro e macro da ação causal.

Com efeito, os principais modelos e paradigmas na teoria política contemporânea gravitam entre dois paradigmas: os novos institucionalismos¹⁴ e as teorias da escolha racional, que representam caminhos possíveis para construção de teorias na política comparada. Um bom exemplo da combinação de teorias da escolha racional com os novos institucionalismos pode ser vista a partir do conjunto de estudos produzidos no contexto do projeto Narrativas Analíticas (Bates et al (1998), Levi (2004)).

Centrados na teoria neo-institucional proposta por North (1990) no contexto do novo institucionalismo econômico, as narrativas analíticas são modelos que se voltam para compreender mudança e variabilidade nas instituições¹⁵ combinando pesquisa histórico-comparada com uso intensivo de estudos de caso com modelos formais advindos da escolha racional (como a teoria dos jogos, e.g). Há uma clara preocupação dos autores em combinar as perspectivas clássicas dos modelos formais da teoria dos jogos que tratam as instituições como jogos e como equilíbrios

¹⁴ O paradigma neo-institucional na ciência política é caracterizado pela multiplicidade de tipos e variantes. A expressão “novos institucionalismos” proposta por Hall e Taylor (1996) classifica as tradições de pesquisa institucional em histórico, de escolha racional/econômico, e sociológico. Basicamente, as teorias neo-institucionais são utilizadas para dar conta das seguintes problematizações: a gênese institucional, que se volta para explicar por que e como as instituições emergem; a evolução e o desenvolvimento das instituições; e, por fim, as que tentam dar conta de explicar como e por que ocorrem os processos de mudança institucional. Para uma análise comparada dos limites analíticos das teorias neo-institucionais para a mudança ver Rezende (2010).

¹⁵ Ostrom (2005) representa uma excelente forma de teorizar sobre a diversidade institucional a partir da conexão profunda entre os agentes, as instituições, combinando pesquisa small-n com modelos formais. Ostrom tenta compreender a mudança (e a diversidade) institucional levando em conta os dilemas de ação coletiva enfrentados por agentes racionais, diante de situações que envolvem alocação de recursos (e de autoridade) nos bens públicos partilhados (*common pool resources*). A sua principal argumentação é que os arranjos institucionais importam para produzir incentivos que conduzem a cooperação de agentes racionais diante dos dilemas de ação coletiva que estes enfrentam.

(*institutions-as-equilibrium*) com as contingências contextuais produzidas historicamente na produção dos fenômenos políticos.

Levi (2004) considera que a principal contribuição destes tipos de análise é que elas consideram seriamente as formas de integrar a agência na compreensão dos fenômenos políticos. Esta inserção é feita a partir da atenção as narrativas produzidas pelos agentes a partir de uma dinâmica causal historicamente construída no contexto. Há uma clara necessidade de entender mais profundamente como as “narrativas” contidas e construídas a partir da interação entre os agentes, e entre os agentes e as instituições, produzem mecanismos causais específicos que permitem explicar mais profundamente os fenômenos de interesse ao pesquisador.

A questão da inferência causal para as narrativas analíticas consistem em conferir ênfase decisiva ao problema de *process-tracing*¹⁶ e das explicações por mecanismos causais¹⁷ para buscar a compreensão mais densa de como escolhas e instituições produzem os fenômenos sociais. Quando convertidas para as questões de desenhos de pesquisa, portanto, este tipo de análise requer intensivo uso de estratégias de estudos comparados de caso para que se possa gerar inferências a partir da análise das *causal process observations* (CPOs) como se comentará adiante.

A estratégia de considerar seriamente os processos causais torna mais clara a necessidade de ir além das variáveis como concebidas na lógica quantitativa de pensar a inferência causal, mas, sim compreender

¹⁶ Uma das principais críticas lançadas por King, Keohane, e Verba (1994) as estratégias *process-tracing* é que elas, ao buscar conexões causais entre as variáveis independentes e dependentes num dado modelo causal, corre o risco de penetrar no problema da regressão ao infinito.

¹⁷ É importante salientar que embora haja uma conexão íntima entre abordagens *process-tracing* e mecanismos causais envolvidos, há uma importante diferença: nem todas as explicações do tipo *process-tracing* produzem explicações por mecanismos, e vice-versa.

que existem múltipla causação nos fenômenos políticos, que são altamente dependentes do contexto, da história, e, das escolhas contingenciais dos agentes. As novas metodologias qualitativas na ciência política recomendam fortemente que as inferências causais devam ser primariamente construídas a partir dos casos e das observações intensivas sobre processos causais tal qual sugerido por Collier, Brady e Seawright (2006).

A importância decisiva dos mecanismos causais para a produção de inferências na pesquisa comparada é centrada fundamentalmente numa lógica bayesiana que é radicalmente distinta das tradicionais análises de regressão na estatística. O que realmente importa para compreender a causação não está, portanto, diretamente associado a quantidade de observações que o pesquisador tem sobre uma regularidade, mas, de forma distinta, a aderência que as observações tem em relação aos modelos causais e suas hipóteses. A questão fundamental para as observações e para a geração de teorias está fortemente associada ao chamado problema da incerteza¹⁸ que os cientistas políticos enfrentam quando levados a compreender os mecanismos causais que produzem a conexão entre agentes, instituições, e, o comportamento da variável dependente.

¹⁸ .Merton (1967) chama a atenção para o problema da incerteza (*serendipity*) na conexão entre teorias e pesquisa empírica. Ele chama a atenção para o importante fato de que os pesquisadores estejam preparados para dar importância de padrões não-regulares gerados na pesquisa empírica. O importante fato das observações produzidas pelas observações da pesquisa gerarem uma “desconexão” com a teoria, indo além das regularidades, permite compreender como é possível gerar novos modelos e interpretações nas ciências sociais. As evidências de pesquisa devem desafiar mais profundamente as teorias e modelos levando os pesquisadores a um estado de “alteração de suas crenças e compreensões teóricas”.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS E IMPLICAÇÕES PARA A CIÊNCIA POLÍTICA BRASILEIRA.

Este artigo apresenta, a partir da perspectiva da tradição qualitativa da nova metodologia em ciência política comparada, as diferenças essenciais que demarcam as fronteiras de conexão entre os métodos quantitativos e qualitativos para o caso da ciência política comparada. Mostramos que existem “territórios epistemológicos” que os métodos qualitativos possuem o monopólio para a produção de inferências causais. Cai por terra a concepção equivocada de que a pesquisa qualitativa deve emular a lógica inferencial extraída da análise estatística como argumentam King, Keohane, e, Verba (1994) em *Designing Social Inquiry*.

Conjunto expressivo de trabalhos situados nos contornos do que se convencionou chamar de “nova metodologia qualitativa” considera de fundamental importância a argumentação de que as inferências causais nos desenhos de pesquisa do tipo small-n continuam a ser válidas e confiáveis. Os métodos qualitativos possuem considerável fertilidade para gerar teorias e testar hipóteses. A partir da compreensão das diferenças essenciais, o trabalho buscou demarcar com maior precisão um espaço de possibilidades em que se pode considerar que os métodos quantitativos não se aplicam (ou falham sistematicamente): as relações entre causas e efeitos que estão associados aos propósitos das tradições qualitativas e quantitativas; com a natureza singular dos fenômenos políticos; e, por fim, com os tipos de explicação que são mais frutíferas para o desenvolvimento da ciência política.

Métodos quantitativos e análise estatística não se constituem lógicas válidas nestas fronteiras exclusivas da pesquisa qualitativa. Nas

fronteiras exclusivas de domínio da validade qualitativa, pode-se argumentar que, a lógica inferencial causal apresenta importantes especificidades que os cientistas políticos devem compreender para expandir suas “consciências metodológicas”.

A primeira diferença essencial está assentada sobre os “propósitos fundamentais da pesquisa qualitativa” para a produção de inferências causais. Longe de rejeitar a noção de causalidade e de inferência causal, noções consideradas fundamentais para a ciência política, as novas abordagens na pesquisa histórica comparada consideram que o propósito fundamental das análises qualitativas é compreender como um conjunto de causas produzem um dado efeito sobre a variável dependente, e, não estimar os impactos das variáveis independentes como se faz tradicionalmente na análise estatística.

O segundo argumento essencial é o de que os fenômenos políticos são singulares. Como se mostrou no trabalho, estes são carregados de variabilidade na articulação entre causas e efeitos, contrafactualidade, e a forte interferência dos contextos. O argumento básico sugerido pelas novas tradições qualitativas, como mostramos no trabalho, é que os desenhos de pesquisa small-n se aplicam mais confortavelmente quando estes propósitos estão em jogo, uma vez que se considera como absolutamente importante a questão da heterogeneidade causal, da causação múltipla, e, da considerável falha das leis de validade geral para análise política. O problema da heterogeneidade das causas limita sobre a plausibilidade de se considerar conceitos e teorias que se aplicam a um conjunto amplo de condições e contextos. Há uma forte relação positiva entre o viés de seleção e a quantidade de observações quando se considera a condição de heterogeneidade causal.

A singularidade dos fenômenos políticos importa decisivamente para compreender o modo pelo qual os cientistas políticos pensam os problemas de inferência causal e constroem seus desenhos de pesquisa. Diante de uma dada problematização P, os desenhos de pesquisa devem considerar seriamente os *trade-offs* entre generalização, parcimônia, precisão, e, capacidade de inferência causal gerados pela presença de heterogeneidade causal. Expandir o nível de generalização das teorias significa, no contexto da singularidade, comprometer severamente a validade das inferências causais uma vez que muito raramente se pode supor que as mesmas causas produzam os mesmos efeitos. Teorias e resultados de análise são restringidas pelo contexto e pela validade conceitual. Por esta razão, na pesquisa qualitativa, a impossibilidade de escolher os casos aleatoriamente não compromete severamente a capacidade de produzir teorias e inferências causais.

A terceira fronteira de demarcação analisada neste trabalho tem a ver com a noção de que a natureza da explicação em ciência política importa decisivamente. As explicações causais em ciência política dependem fortemente da inclusão da agência, das instituições, e dos mecanismos causais, fato usualmente desconsiderado nas explicações fornecidas pelos modelos quantitativos na ciência política.

Considerar seriamente a agência e as instituições para a produção de explicações requer pensar como os desenhos de pesquisa e os métodos de produção do conhecimento podem ser construídos de modo a criar oportunidades claras para que se possa compreender os processos causais. Esta concepção extrapola a concepção quantitativa para pensar a inferência causal, mas, sim compreender que existem múltipla causação nos fenômenos políticos, que são altamente dependentes do contexto, da história, e, das escolhas contingenciais dos agentes.

Este problema se torna altamente relevante dado que as explicações em ciência política dependem largamente de dados contidos na agência e nas instituições, e que não são revelados através do comportamento observável. Reduzir as causas às dimensões observáveis implica recair na falha fundamental do behaviorismo nos anos 50 e 60. Os agentes não revelam suas preferências através das ações observadas, e, mais ainda, entre o comportamento e ação existem modelos institucionais formais e informais que alteram substancialmente a relação entre causas e comportamentos. Os fenômenos políticos encontram explicação mais profunda em dimensões não-observáveis, e, que podem ser melhor exploradas em desenhos de pesquisa que privilegiam análises do tipo small-n com profunda imersão nos agentes e nas instituições.

O conhecimento sobre a existência e relevância destas importantes fronteiras tem duas implicações diretas sobre o desenvolvimento da ciência política, especialmente no Brasil, onde ainda se discute a questão das abordagens qualitativas e quantitativas sem critérios de demarcação epistemológicos.

No Brasil ainda predomina uma noção tradicional de que as explicações e as inferências causais são “monopólio” do terreno quantitativo de pesquisa, e, de forma bastante equivocada, se argumenta que os métodos quantitativos devam ter primazia sobre os qualitativos. Por outro lado, predomina também, consequência desta crença, que as abordagens qualitativas são destituídas de metodologia ou de uma reflexão epistemológica sobre a validade dos desenhos de pesquisa small-n. Este artigo vai de encontro a estas “crenças equivocadas” e mostra claramente que autores significativos nos debates contemporâneos admitem que é perfeitamente possível pensar causalidade, inferências

causais, teste de hipóteses, e, desenvolvimento de teorias a partir de observações small-n.

O esforço analítico deste trabalho permite compreender mais de perto em que condições os cientistas políticos podem construir desenhos de pesquisa que se valham exclusivamente de abordagens qualitativas. Isto quer dizer que ao conhecer melhor em que condições estas abordagens são mais úteis para a produção de inferência causal, se pode compreender, por contraste, quando e como se pode empreender conexões mais satisfatórias entre os dois tipos de desenhos de pesquisa. Neste sentido, longe de estimular as tensões entre as duas tradições, se argumenta sobre a essencialidade de desenhos de pesquisa que trabalhem adequadamente os dois universos de pesquisa.

O desenvolvimento da ciência política, especialmente no contexto brasileiro onde estas questões ainda são “incipientes”, depende fortemente de como os cientistas políticos criam fronteiras de diálogo e conexão entre as tradições quantitativas e qualitativas, e não o contrário. Ampliar estas fronteiras depende, como mostramos, de compreender, as diferenças essenciais entre estas tradições, expandindo as consciências metodológicas sobre tais limites e possibilidades. Certamente se considera que as diferenças essenciais são necessárias para que se possa produzir pesquisa multimétodo em ciência política que tem tornado importante o conhecimento sobre uma variedade de técnicas e métodos que permitem explicar e inferir sobre os fenômenos políticos. Negar que os métodos qualitativos possam ser frutíferos para produzir inferências causais seria recair num empirismo naive ou numa ciência política sem os elementos fundamentais da política.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABBOTT, Andrew (2001). *Time Matters: On Theory and Method*. Chicago. The University of Chicago Press. Chapter 4. pp.129-160.
- BATES, Robert H. et al. (1998). *Analytical Narratives*. Princeton. Princeton University Press.
- BENNETT, Andrew and Colin Elman (2006a). “Qualitative Research: Recent Developments in Case Study Methods”. *Annual Review of Political Science*, 9. pp.455-476.
- . (2006b). “Complex Causal Relations and Case Study Methods: The Example of Path Dependence”. *Political Analysis*, 14. pp.250-267.
- BLYTH, Mark (2006). Great Punctuations: Prediction, Randomness, and the Evolution of Comparative Political Science. *American Political Science Review*, 100(4). pp.493-498.
- BRADY, Henry E. and David Collier (2004). *Rethinking Social Inquiry: Diverse Tools, Shared Standards*. New York.
- BRADY, Henry E., Collier and Jason Seawright (2006). “Toward a Pluralistic Vision of Methodology” *Political Analysis*, 14(3). pp.14(3):353–368.
- BRAUMOELLER, Bear F. and Gary Goertz (2000). “The Methodology of Necessary Conditions”. *American Journal of Political Science*, 44(3), pp.844-858.
- BRAUMOELLER, Brady (2003). Causal Complexity and the Study of Politics. *Political Analysis*, 11. pp.209-233.
- CAPORASO, James (1995). “Research Design, Falsification, and the Quantitative-Qualitative Debate” *American Political Science Review*, 89(2), pp.457-460.
- COLEMAN, James S. (1990). “MetaTheory: Explanation in Social Science”. In Coleman, James S. *Foundations of Social Theory*. Harvard. Bellnap Press of Harvard University Press. pp.1-26.
- COLLIER, David and James Mahoney (1996). “Insights and Pitfalls: Selection Bias in Qualitative Research”. *World Politics*, 49. pp.56-91.
- COLLIER, David (2008). Symposium: Case Selection, Case Studies, and Causal Inference. Introduction. *Qualitative & Multi-Method Research*. Fall. pp.2-4
- EBBINGHAUS, Bernhard (2005). “When Less is More: Selection Problem in Large-N and Small-N Cross-National Comparisons”. *International Sociology*, 20(2). Pp. 133-52.

- ELMAN, Colin (2005). "Explanatory Typologies in Qualitative Studies of International Politics". *International Organization*, 59 (2). Pp.293-326.
- ELSTER, Jon (1989). *Nuts and Bolts for the Social Sciences*. New York. Cambridge University Press.
- GEEDES, Barbara (2003). *Paradigms and Sand Castles: Theory Building and Research Design in Comparative Politics*. Ann Arbor. University of Michigan Press.
- GEORGE, Alexander L. and Andrew Bennett (2004). *Case Studies and Theory Development in the Social Sciences*. Cambridge. MIT Press.
- GERRING, John (2004). "What is a Case Study and What it is good for?". *American Political Science Review*, 98(2). pp.341-354.
- FREEDMAN, David A. (2008). "On Types of Scientific Enquiry: The Role of Qualitative Reasoning". In Box-Steffensmeier, Janet M., Henry F. Brady, and David Collier (eds). *The Oxford Handbook of Political Methodology*. New York. Oxford University Press. Chapter 28. pp.300-318.
- GOERTZ, Gary and Harvey Starr (2002). *Necessary Conditions: Theory, Methodology, and Applications*. Lanham. Rowman & Littlefield Publishers, Inc.
- KING, Gary, Robert Keohane and Sidney Verba (1994). *Designing Social Inquiry: Scientific Inference in Qualitative Research*. New Jersey. Princeton University Press. Chapters 1, 2, 3, 4, and, 6.
- LEVI, Margaret (2004). "An analytical narrative approach to puzzles and problems". In Shapiro, Ian, Rogers M. Smith, and Tarek E. Masoud (eds.). *Problems and Methods in the Study of Politics*. New York. Cambridge University Press. pp. 201-226.
- LEVY, Jack S. (2007). Qualitative Methods and Cross-Method Dialogue in Political Science. *Comparative Political Studies*, Feb; vol. 40. pp. 196 - 214.
- LICHBACH, Mark and Alan S. Zuckerman (eds) (1997). *Comparative Politics: Rationality, Culture and Structure*. Cambridge. Cambridge University Press.
- LIEBERMAN, Evan S. (2005). "Nested Analysis as a Mixed-Method Strategy for Comparative Research" *American Political Science Review*, 99(3). Pp.435-52.
- LIEBERSON, S. (1991) 'Small N's and Big Conclusions: An Examination of the Reasoning in Comparative Studies Based on Small Number of Cases', *Social Forces* 70(2): 307-20.
- MAHONEY, James (2007). Qualitative Methodology and Comparative

- Politics. *Comparative Political Studies*, 40, 122-144.
- MAHONEY, James and Gerry Goertz (2004). “The Possibility Principle: Choosing Negative Cases in Comparative Research” *American Political Science Review*, 98 (4). pp.653-669.
- MAHONEY, James and P. Larkie Terrie (2008). “Comparative-Historical Analysis in Contemporary Political Science”. In Box-Steffensmeier, Janet M., Henry F. Brady, and David Collier (eds). *The Oxford Handbook of Political Methodology*. New York. Oxford University Press. Chapter 32. pp.737-754.
- MAHONEY, James (2010). After KKV: The New Methodology of Qualitative Research. *World Politics*, 62(1). pp.120-147.
- MCKEWON, Timothy J. (2004). “Case Studies and the Limits of the Quantitative Worldview”. In Brady, Henry E. and David Collier (eds.). *Rethinking Social Inquiry: Diverse Tools, Shared Standards*. New York. Roman & Littlefield Publishers. Pp.139-169.
- MERTON, Robert K (1967). “The Bearing of Empirical Research on Sociological Theory”. In Robert K. Merton. *On Theoretical Sociology: Five Essays, Old and New*. New York. Free Press. pp.156-171.
- NORTH, Douglass C. (1990). *Institutions, Institutional Change and Economic Performance*. New York. Cambridge University Press.
- OSTROM, Elinor. (2005). *Understanding Institutional Diversity*. Princeton: Princeton University Press
- PIERSON, Paul. (2007). The costs of marginalization: Qualitative methods in the study of American politics. *Comparative Political Studies*, 40, 145-169.
- PLOTT, Charles R. (1991). Will Economics Become an Experimental Science? *Southern Economic Journal*, 57. pp.901-920.
- PUTNAM, Robert D. (1993). *Making Democracy Work: Civic Traditions in Modern Italy*. New Jersey. Princeton University Press.
- RAGIN, Charles C. (2000). *Fuzzy-Set Social Science*. Chicago. The University of Chicago Press. Chapter Three – Studying Cases as Configurations. pp.64-87.
- REZENDE, Flávio da Cunha (2010). Analytical Challenges for Neoinstitutional Theories of Change in Comparative Political Science. *Brazilian Political Science Review*, vol 3(2). pp.98-126.
- RYAN, Alan (2004). “Problems and Methods in Political Science: rational explanation and its limits. In Shapiro, Ian, Rogers M.

- Smith, and Tarek E. Masoud (eds.) *Problems and Methods in the Study of Politics*. New York. Cambridge University Press. 186-200.
- RUESCHEMEYER, Dietrich (2003). "Can One or a Few Cases Yield Theoretical Gains?" in Mahoney, James and Dietrich Rueschemeyer (eds). *Comparative Historical Analysis in the Social Sciences*. Cambridge. Cambridge University Press. Pp.305-336.
- _____. (2009). *Usable Theory: Analytical Tools for Social and Political Research*. New Jersey. Princeton University Press.
- SEKHON, Jasjeet S. (2004). "Quality meets Quantity: Case Studies, Conditional Probability, and Counterfactuals". *Perspective on Politics*, 2(2). Pp.281-293.
- SHAPIRO, Ian (2002). Problems, Methods, and Theories in the Study of Politics, or What's Wrong with Political Science and What to do About it. *Political Theory*, vol 30(4). pp. 588-611.
- TALEB, Nassim N (2010). *The Black Swan: The Impact of Highly Improbable*. New York. Random House Paperbacks.
- THOMAS, George (2005). The Qualitative Foundations of Political Science Methodology. *Political Analysis*, 3(4). pp.855-866.